TL 3776

13/04 '92 16:09 ☎351 1 609531 MNE-Gab. Ministro 001

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

SERVIÇO DE INFORMAÇÃO E IMPRENSA

Endereço / Adress

LARGO DO RILVAS
1054 LISBOA CODEX
PORTUGAL

Telefones : (351 1) 397 38 14
« « 397 73 76

Telefax : (351 1) 60 23 26
Telex : NP 777 78/9 ETRANG P

PARA : Sa^{c} Dr^{a} Luisa Teotonio Pereira

SERVIÇO : CIDAC

Nº FAX: 53 40 09

ASSUNTO : Informação à Imprensa sobre Timor (31-3-92)

DATA : 15-4-92

Nº PAGINAS : 11

1.

Na sequência dos julgamentos que vêm sendo efectuados pelas autoridades de ocupação indonésias em Timor-Leste de dezenas de pessoas acusadas de actividades, de diversa natureza, contra a referida ocupação, foi noticiada a condenação a penas de prisão dos civis timorenses Afonso Rangel, Felismina Conceição e Amaro de Araújo, que teriam desviado documentação considerada comprometedora do comando militar indonésio em Dili.

2. O Governo português tem sempre, de forma consistente, denunciado publicamente a ilegitimidade da ocupação pela Indonésia do território não-autónomo de Timor-Leste, sob administração portuguesa. As sentenças agora proferidas são mais uma manifestação da situação de ilegalidade subjacente a toda a actuação das autoridades ocupantes e mais um acto repressivo pela qual estas últimas têm suprimido o exercício dos mais elementares direitos humanos e liberdades fundamentais do povo de Timor-Leste.

3. A evolução dos julgamentos presentemente em curso, em Djacarta e em Dili, continua a ser atentamente seguida pelas autoridades portuguesas. Estas não deixarão de tomar as medidas ao seu alcance no sentido de denunciar as iniquidades de que enformam e prestar toda a possível assistência aos réus. A observação dos julgamentos por parte de representantes de missões diplomáticas estrangeiras e de organizações de defesa de direitos humanos,

/...

reveste-se da maior importância para a concretização desses objectivos.

4. Por outro lado o novo governador militar indonésio, General Syafei, tem multiplicado as declarações ameaçadoras pelas quais, na sequência das críticas contidos no relatório da chamada "Comissão de Honra" que investigou o comportamento dos militares indonésios no brutal massacre de 12 de Novembro passado, promete reverter a política dita de "frouxidão" do seu antecessor, que teria conduzido àquele massacre, intensificando o controle e a repressão da população.

Isto é, os militares indonésios entendem que a situação em Timor-Leste era excessivamente "permissiva" e que urge, portanto, aumentar a dureza do tratamento infligido ao povo timorense, para restaurar, segundo o General Syafei, a "credibilidade" das Forças Armadas Indonésias. Assiste-se, igualmente, à imposição de severas restrições no acesso ao território. Assim os jornalistas estrangeiros estão já impedidos, na prática, de lá entrar, e foram impostas limitações a turistas estrangeiros e até a jornalistas indonésios. Timor-Leste arrisca-se a voltar a ficar isolado do mundo exterior, tal como sucedeu até 1989, com todas as previsíveis consequências que daí decorrerão.

5. Depois das desculpas e lamentos do Governo indonésio pela inqualificável acção dos seus militares sobre os civis timorenses em Dili, e das promessas de identificar e punir os seus responsáveis (longe de terem sido concretizadas), com que procurou aplacar os protestos indignados da comunidade internacional, o verdadeiro rosto da política de Jacarta quanto a Timor-Leste ocupado surge de novo.

A Indonésia, num desafio arrogante, continua a desprezar os compromissos assumidos ao subscrever o consenso acordado pela

/...

Comissão dos Direitos do Homem das Nações Unidas, no passado dia 4 de Março, nomeadamente quanto à melhoria da situação dos direitos humanos em Timor-Leste, quanto a facilitar o acesso de organizações de direitos humanos ao território e quanto ao julgamento dos civis presos por ocasião do massacre de Santa Cruz, continuando, além disso, a deter pessoas não acusadas de actos de violência.

6. A atitude do Governo de Djacarta em recusar expressamente que a assitência externa ao desenvolvimento seja ligada à observância dos mais elementares direitos humanos é um claro sintoma das suas verdadeiras intenções a este respeito. As devidas lições desta atitude devem ser extraidas.

Portugal saúda a decisão da Austria em fazer cessar imediatamente a sua assistência à Indonésia, demonstrando, deste modo, a sua recusa em ser conivente com as "condições" pelas quais o Governo indonésio quer ter as mãos livres para prosseguir a sua política brutal de ocupação de Timor-Leste.

7. Estes factos vêem, assim, mais uma vez, provar que sem uma solução da questão de fundo do problema, ou seja, a conclusão do processo de descolonização do território, pelo exercício livre do direito à auto-determinação do seu povo, não se pode esperar qualquer alteração significante na intolerável situação que nele prevalece em matéria de direitos humanos.